



ENTIDADE EXECUTORA: PREFEITURA DE JUIZ DE FORA/MG	
CNPJ: 18.338.178/000.1-02	EXERCÍCIO: 2021
ASSUNTO: PARECER CONCLUSIVO DE TODA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE/FNDE E SUA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2021 (DOIS MIL E VINTE E UM).	
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1 DOC: Nº 1.759/2022	
PARECER Nº 02/2022	ANALISADO EM: 06/06/2022

HISTÓRICO:

Encaminhou-se a este Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação Básica, o Processo Administrativo nº 1.759/2022 – Via 1 DOC – SE – Prestação de Contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/FNDE, para apreciação e análise de toda a movimentação dos recursos recebidos e sua aplicação no exercício de 2021 (dois mil e um).

Como estabelece a Constituição Federal a educação é um direito social de todos os cidadãos e dever do Estado e da família garantir e incentivar a qualidade de ensino como também seu acesso, atendendo aos educandos em todas as etapas da educação básica.

Assim, o referido Programa tem como finalidade o acesso e a permanência de alunos, da educação básica pública residentes em áreas rurais que dependem do transporte escolar, com a transferência automática de 10 (dez) parcelas anuais que contribuem para custear despesas como manutenção e insumos de veículos, seguros, licenciamento, impostos e taxas, entre outros, podendo também ser utilizado para o pagamento de serviços de transporte escolar terceirizados.

Este Programa é acompanhado pelos seguintes Órgãos Gestores:

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

I – o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, responsável pela normatização, pelo controle, pelo monitoramento e pela avaliação do Programa, bem como pela transferência dos recursos financeiros e pela assistência técnica às Entidades Executoras;
II – as Entidades Executoras – EEx, responsáveis pelo recebimento, pela execução e pela prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE à conta do PNATE, bem como pela oferta de transporte escolar, nos moldes do Programa. São Entidades Executoras:

a) os estados e o Distrito Federal, responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas da educação básica pública das respectivas redes estaduais e distrital, nos termos do inciso VII do art. 10 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e

b) os municípios, responsáveis pelo atendimento aos alunos das escolas de educação básica pública das respectivas redes municipais, nos termos do inciso VI do art. 11 da Lei no 9.394, de 1996;

III – os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, responsáveis pelo acompanhamento e controle social, bem como pela análise da prestação de contas do Programa e emissão de parecer conclusivo acerca da utilização dos recursos, conforme estabelecido no art. 24, § 13, da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

MÉRITO:

CONSIDERANDO a Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar _ PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art.4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art.4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO CD/FNDE nº 02, de 18 de abril de 2012, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a utilização obrigatória a partir de 2012 do Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SIGPC), desenvolvido pelo FNDE para a gestão do processo de prestação de contas.

CONSIDERANDO a LEI nº 14.113, DE 25 DE DEZEMBRO DE 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

Lei 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências

Art. 31. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios prestarão contas dos recursos dos Fundos conforme os procedimentos adotados pelos Tribunais de Contas competentes, observada a regulamentação aplicável.

Parágrafo único. As prestações de contas serão instruídas com parecer do conselho responsável, que deverá ser apresentado ao Poder Executivo respectivo em até 30 (trinta) dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas prevista no caput deste artigo.

Art. 33. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, perante os respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos de âmbito estadual, distrital e municipal poderão, sempre que julgarem conveniente:

I - apresentar ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo, dando ampla transparência ao documento em sítio da internet;

II - convocar, por decisão da maioria de seus membros, o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e da execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30 (trinta) dias;

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos, os quais serão imediatamente concedidos, devendo a resposta ocorrer em prazo não superior a 20 (vinte) dias, referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e de serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) convênios com as instituições a que se refere o art. 7º desta Lei;

d) outras informações necessárias ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas para verificar, in loco, entre outras questões pertinentes:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo para esse fim.

§ 2º Aos conselhos incumbe, ainda:

I - elaborar parecer das prestações de contas a que se refere o parágrafo único do art. 31 desta Lei;

II - supervisionar o censo escolar anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, no âmbito de suas respectivas esferas governamentais de atuação, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização dos Fundos;

III - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) e, ainda, receber e analisar as prestações de

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

contas referentes a esses programas, com a formulação de pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e o encaminhamento deles ao FNDE.

§ 3º Os conselhos atuarão com autonomia, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo local e serão renovados periodicamente ao final de cada mandato dos seus membros.

§ 4º Os conselhos não contarão com estrutura administrativa própria, e incumbirá à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios garantir infraestrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências dos conselhos e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos à criação e à composição dos respectivos conselhos.

CONSIDERANDO a Resolução nº 18, de 22 de outubro de 2021, que estabelece diretrizes e orientações para o apoio técnico e financeiro na execução, no monitoramento e na fiscalização da gestão de veículos de transporte escolar, pelas redes públicas de educação básica dos Municípios, Estados e do Distrito Federal, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE.

CONSIDERANDO a Resolução nº 02, de 07 de abril de 2022, que prorroga os prazos para o envio das prestações de contas de programas educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Art. 1º Prorrogar os prazos para envio ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, por meio do Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SiGPC Contas Online, das prestações de contas dos seguintes programas e ações educacionais relativos à competência de 2021:

- I – Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;
- II – Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE e ações agregadas;
- III – Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE.

Parágrafo único. Os novos prazos-limite para o envio das prestações de contas dos programas a que se referem o caput deste artigo serão:

- I – 18 de abril de 2022, no caso do PNAE;
- II – 28 de abril de 2022, no caso do PNATE; e
- III – 30 de junho de 2022, no caso do PDDE e ações agregadas.

Art. 2º Prorrogar os prazos para os Conselhos de Alimentação Escolar e Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, enviarem, por meio do Sistema de Gestão de Conselhos – SIGECON, os seus pareceres sobre as prestações de contas do PNAE e do PNATE, exercício de 2021.

Parágrafo único. Os novos prazos-limite para o envio dos pareceres dos Conselhos Sociais a que se refere o caput deste artigo serão:

- I – 2 de junho de 2022, no caso das prestações de contas do PNAE;
- II – 12 de junho de 2022, no caso das prestações de contas do PNATE.

CONSIDERANDO a Portaria no 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei no 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Declaração da Organização Mundial da Saúde – OMS de emergência em saúde pública, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus–Covid – 19, geran-

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

do a resposta pelo Ministério da Saúde – MS, por meio da Portaria nº 356, de 11 de março de 2020, de medidas de isolamento social e quarentena, impactando na suspensão temporária do período letivo nas unidades da federação, objetivando o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais 47.886/2020, publicado em 15 de março de 2020, e 47.891/2020, publicado em 20 de março de 2020, dispõem sobre a adoção, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, de medidas temporárias e emergenciais de prevenção de contágio pelo COVID-19 (Novo Coronavírus), bem como sobre recomendações ao setor privado estadual;

CONSIDERANDO os Decretos Municipais 13.893/2020, publicado em 16 de março de 2020 e 13.894, publicado em 18 de março de 2020, dispõe sobre “as medidas preventivas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19), dá outras providências”;

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus–Covid-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.893, de 16 de março de 2020 (revogado), suspendeu por prazo indeterminado, as aulas na rede municipal de ensino, como rege em seu art.8º, ainda suspensas até a presente data pelo Decreto nº 14.487/2021, de 16 de abril de 2021, que dispõe sobre a regulamentação de atividades econômicas e sociais no âmbito do município de Juiz de Fora, para enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19).

Art. 10. Quanto aos serviços públicos ficam suspensos, por prazo indeterminado:
I – as aulas da rede pública municipal de ensino e atendimento em creches municipais;
II – as atividades dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, incluindo crianças, adolescentes e idosos, desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil com Termo de Colaboração firmado com a Secretaria de Assistência Social;
III – os eventos culturais presenciais da FUNALFA, observado, a critério da diretoria geral e ouvida a Secretaria de Saúde em relação aos espaços culturais;
IV – todos os eventos esportivos presenciais de responsabilidade e/ou organizados pela Secretaria de Esporte e Lazer;
V – os eventos da Administração Pública com aglomerações de pessoas, como reunião, congresso, conferência, seminário, workshop, curso e treinamento, em locais fechados, exceto aqueles considerados necessários pelo Titular da unidade gestora organizadora, desde que, ouvida a Secretaria de Saúde a mesma não imponha qualquer óbice;
VI – as atividades de capacitação, de treinamento, de programas ou de eventos coletivos realizados pelos órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional do Município, exceto aqueles considerados necessários pelo Titular da unidade gestora organizadora, desde que, ouvida a Secretaria de Saúde a mesma não imponha qualquer óbice.

CONSIDERANDO o Documento Orientador para retomada das aulas presenciais nas Instituições da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora (Junho e setembro de 2021);

CONSIDERANDO o Documento para retorno gradual às atividades presenciais nas instituições de Educação Infantil de Juiz de Fora - Documento I e Atualizado;

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 04/2021, 27 de setembro de 2021, que institui Plano de Retomada das Atividades de Ensino Presenciais;

CONSIDERANDO a Nota Técnica nº 05/2021, 19 de outubro de 2021, obrigatoriedade da Vacinação contra Covid-19 nas Instituições de Ensino;

CONSIDERANDO a Nota Técnica Nº 06/2021, o Comitê de Acompanhamento Interinstitucional para o retorno às atividades de ensino presenciais no município de Juiz de Fora, no exercício de suas atribuições, estabelece as seguintes recomendações relativamente às atividades letivas no Município de Juiz de Fora, relativamente às redes pública (municipal, estadual e federal) e particular;

CONSIDERANDO o comunicado sobre o início do ano letivo das instituições de ensino do município de Juiz de Fora, o Comitê de Acompanhamento Interinstitucional para o retorno às atividades de ensino presenciais comunica que:

1. as aulas terão início no dia 07 de fevereiro;
2. o ensino se dará na forma presencial e não-facultativa.

CONSIDERANDO as documentações que compõem a prestação de contas do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/FNDE, exercício de 2021 (dois mil e vinte e um) apresentadas pela Secretaria de Educação/Prefeitura de Juiz de Fora, para apreciação deste Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – CACS-FUNDEB, que cumprindo com uma de suas atribuições elabora o Parecer Conclusivo sobre a execução do Programa.

PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE – 2021

FORNECEDORES DE SERVIÇOS E DOCUMENTOS:

LOCAJUF - LOCADORA DE VEÍCULOS, TRANSP. URBANO E RURAL, SERVIÇOS E TURISMO LTDA.

CNPJ: 07.222.884/0001-78

Processo Administrativo nº 001427/2019 – Vol.04 e Processo Eletrônico nº 11.589/2021 e 1.759/2022.

- Quinto Termo Aditivo aos Contratos de nº 01.2019.023, celebrado entre o município de Juiz de Fora e a sociedade empresária LOCAJUF – LOCADORA DE VEÍCULOS, TRANSPORTE URBANO E RURAL, SERVIÇOS E TURISMO LTDA, publicado no Diário Oficial do município de Juiz de Fora, em 25/02/2021;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certificado de regularidade do FGTS-CRF;

WILLIAM RIBEIRO CONCOLATO

CNPJ: 05.518.219/0001-09

Processo Administrativo nº: 001425/2019 – Vol.03 e Processos Eletrônicos: 10.226/2021 e

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

1.759/2022.

- Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 01.2019.024, firmado entre o município de Juiz de Fora e a sociedade empresária WILIAM RIBEIRO CONCOLATO ME;
- Extrato de Termo Aditivo ao Contrato nº 01.2019.024/05 , publicado no Diário Oficial do município de Juiz de Fora, em 25/02/2021;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

ANJOS LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 09.376.599/0001-37

Processo Administrativo nº 001426/2019 – Vol. 02 e Processos Eletrônicos: 11.555/2021 e 1.759/2022.

- Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 01.2019.025, firmado entre o município de Juiz de Fora e a sociedade empresária Anjos Locadora de Veículos LTDA;
- Extrato de Termo Aditivo ao Contrato nº 01.2019.025/05, publicado no Diário Oficial Eletrônico do município de Juiz de Fora, em 25/02/2021;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

Instruem também os referidos processos os seguintes documentos:

- Extratos bancários exercício de 2021 das seguintes contas:
- 2592-5/250172-4 – Poupança Ouro Diária (1);
- 250172-4PM JUIZ DE FORA – C. CORRENTE;
- 2592-5/250172-4 Poupança Ouro Diária (51);
- Notas de Empenho; Autorizações de Empenho de Despesa; Notas de Liquidações; Ordens Bancárias e Notas Fiscais;
- Liberações – Consultas Gerais – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- Notícia G-mail: “ FNDE libera RS 300 milhões para Entidades Executoras adimplentes no Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/FNDE”;
- Total de Aluno – Mensal – Ano 2021: 499 alunos;
- Planilha Prestação de Contas PNATE – Demonstrativo da Execução da Receita e Despesa e Pagamentos Efetuados;
- Planilha de Rendimentos – PNATE 2021;
- Planilha Repasses FNDE – PNATE 2021;
- Retenções ISSQN, INSS e ISS.

A execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar no Município de Juiz de Fora/MG ocorreu de acordo com as legislações vigentes, sendo os recursos usados de acordo com o art. 14. da Resolução nº 05/2015, sendo os pagamentos realizados por meio de ordens bancárias nos nomes dos beneficiários.

Os recursos foram aplicados na Conta Poupança Ouro Diária (1) 2592-5/250172-4 e Poupança Ouro Diária (51) 2592-5/250172-4, seguindo às regras do Programa.

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

Importante salientar que o ano de 2021 (dois mil e vinte e um) manteve o cenário da pandemia causada pela COVID-19, onde a Secretaria de Educação prosseguiu com a entrega das atividades escolares na residência de cada aluno da rede municipal de ensino da zona rural, através do transporte escolar.

Com o retorno às aulas no formato híbrido e facultativo em setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), respeitando o Protocolo Sanitário vigente, os educandos retornaram às unidades escolares.

Registra-se a execução financeira do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/FNDE 2021 (dois mil e vinte e um):

- **SALDO REPROGRAMADO DE 2020 PARA 2021: R\$3.079,96**
- **RECEITAS FNDE 2021: R\$ 138.087,41;**
- **RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS 2021: R\$289,77, perfazendo um total de receitas no valor de R\$ 141.457,14;**
- **DESPESAS: R\$ 94.009,08;**
- **SALDO A REPROGRAMAR PARA O EXERCÍCIO DE 2022: 47.448,06**

Este Conselho relata o envio do Relatório – Análise Prestação de Contas PNATE-2021 – PJF/SE/DEIN, onde consta que após análise da documentação contida no processo e nos extratos bancários – Banco do Brasil – agência 2592 – Conta 250172 – foram detectadas às seguintes ocorrências:

- Em 04/08/2021 e 06/8/2021 - Bloqueios Judiciais – referentes a 6ª e 7ª parcelas – apresentando um total de R\$ 18.182,56 (dezoito mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos) – Débito;
- Em 24/08/2021 – Desbloqueio Judicial – Bacen JUD – no valor de R\$ 9.091,28 (nove mil noventa e um reais e vinte e oito centavos) – entrada;
- Em 24/08/2021 – Transferência Depósito Judicial no valor de R\$ 9.091,28 (nove mil noventa e um reais e vinte e oito centavos) – saída;
- Em 16/09/2021 – Ordem bancária – Município de Juiz de Fora no valor de R\$ 18.182,56 (dezoito mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), valor correspondente ao bloqueio judicial do dia 04/08/2021 e 06/08/2021 - e 7ª parcelas;
- 19/10/2021 – Desbloqueio Judicial-Bacen Jud no valor de R\$ 9.091,28 (nove mil noventa e um reais e vinte e oito centavos), onde entende-se que houve a devolução de uma parcela a mais pela Prefeitura de Juiz de Fora, alterando o valor creditado em conta corrente referente aos repasses, de R\$ 138.087,41 (cento e trinta e oito mil oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) para R\$ 147.178,69 (cento e quarenta e sete mil cento e e setenta e oito reais e sessenta e nove centavos), apresentando assim uma diferença no valor de R\$ 9.091,28 (nove mil noventa e um reais e vinte e oito centavos) na prestação de contas do exercício de 2021 (dois mil e vinte e um).

Importante destacar que a referida prestação de contas foi encaminhada ao Sistema de Gestão de Prestação de Contas – SIGPC/FNDE com o saldo a reprogramar para o exercício de 2022 (dois mil e vinte e dois) no valor de R\$ 56.539,34 (cinquenta e seis mil quinhentos e trinta e nove – conforme os extratos bancários mas devendo ser retificada no ano de 2022 (dois mil e vinte e dois)).

CONCLUSÃO:

Este Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB, ci-

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

ente de suas competências e responsabilidades de proceder o acompanhamento e o controle social sobre a execução financeira do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE/FNDE, relata: que as documentações referentes as atividades econômico-financeira do ano de 2021 (dois mil e vinte e um) foi apresentada pelo Poder Executivo de município de Juiz de Fora/MG, de acordo com as legislações vigentes, sendo ratificadas e aprovadas por este Conselho.

É o nosso Parecer.

Juiz de Fora, 06 de junho de 2022.

CONSELHEIROS (AS):

REPRESENTANTE DO CME:

Nawane Neves de Souza -----
Igor Burkowski -----

REPRESENTANTE DE PROFESSORES:

Pâmela de Souza e Souza Lavinias -----
Gérson Souza de Oliveira -----

REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Juliane Augusta Eufrásio -----
Thaís Maia Jorge -----

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Teresa Cristina Mendonça Lima Duque -----
Silvana Aparecida dos Santos -----

REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO:

Maria Leopoldina Pereira -----
Maria Isabel de Andrade -----

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Kenny Carla Rufino -----
Lucinéia Aparecida Erculano da Costa -----

Júlio César Mendonça -----
Luciana dos Santos Gonçalves Sodré -----

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG

REPRESENTANTES DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Nilda de Paula -----

Romana Aparecida Cesário -----

Gabriela Magalhães Costa -----

Daniela Gomes da Conceição -----

REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR:

Jurema Aparecida Lucas Motagnassa -----

Liriane Tenório de Albuquerque -----

REPRESENTANTES DE DIRETORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

Ilza Aparecida de Oliveira Costa -----

Marcele Cristina Teixeira Barbosa -----

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Aline Rodrigues da Costa Santos -----

Yasmin Moreira Rodrigues -----

Célia Barbosa Rodrigues: -----

Myrian Carneiro Fortuna Freguglia:-----

Gabriela Magalhães Costa
Vice – Presidente do CACS-FUNDEB

Nawane Neves de Souza
Presidente do Conselho CACS FUNDEB

SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS

Av. Getúlio Vargas, 200 - 2º piso - Centro - CEP: 36010-110 - Tel: (32) 2104-7029
Juiz de Fora – MG